

Imperialismo, colonialismo e guerra

João Quartim de Moraes¹

Resumo: Segundo Lenin, a natureza econômica do imperialismo é a chave da compreensão da guerra e da política de nossa época. A conferência de Berlim (1884-85) dividiu a África entre as potências europeias, fixando o critério da partilha pela via diplomática de toda a periferia do planeta e reservando o uso da força bruta (a “diplomacia dos canhoneiras”) para manter subjugados os povos coloniais. Esse critério vigorou até 1914. Ao longo da década precedente, o nacionalismo xenófobo e o militarismo acumularam nuvens sombrias no horizonte da Europa. Em 1895, Engels percebeu que os novos artefatos da indústria bélica anunciamavam uma “guerra mundial de inédita crueldade”. Ponderou, entretanto, que essa perspectiva terrível inibiria o belicismo. Os fatos desmentiram seu otimismo. Procuramos mostrar como os escritos de Lenin sobre o imperialismo atualizaram o marxismo revolucionário em pleno dilúvio europeu de fogo, chumbo, aço e explosivos.

Palavras-chave: Lenin. Alianças. Militarismo.

Abstract: According to Lenin, the economic nature of imperialism is the key to understanding the war and the politics of our epoch. The Berlin Conference (1884-85) divided Africa among the European powers, setting the criterion of the diplomatic division of the entire periphery of the planet and reserving the use of brute force (the “gunboat diplomacy”) to keep the colonial peoples subjugated. This criterion was in force until 1914. Over the previous decade, xenophobic nationalism and militarism had accumulated gloomy clouds on Europe’s horizon. In 1895, Engels realized that the new artifacts of the war industry heralded a “world war of unprecedented cruelty.” He pondered, however, that this terrible prospect would inhibit warmongering. The facts belied his optimism. We seek to show how Lenin’s writings on imperi-

¹ Foi professor titular da Universidade Estadual de Campinas de 1982 a 2005.

alism updated revolutionary Marxism during the European deluge of fire, lead, steel and explosives.

Keywords: Lenin. Alliances. Militarism.

Guerras inter-imperialistas e guerras coloniais

Na conclusão do prefácio da edição russa de *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, datado de Petrogrado, 26 de abril de 1917, Lenin manifesta a expectativa de que o livro “contribua para a compreensão de um problema econômico fundamental, sem cujo estudo é impossível compreender o que é a guerra e a política dos nossos dias; refiro-me ao problema da natureza econômica do imperialismo” (Lenin, 1960b, p. 204).

No prefácio para as edições francesa e alemã, datado de 6 de julho de 1920, ele salienta o caráter imperialista da grande guerra de 1914-1918: “dos dois lados foi uma guerra de conquista, de pilhagem, de banditismo, para partilhar o mundo, redistribuir as colônias e as zonas de influência do capital financeiro” (Lenin, 1960b, p. 206). Para comprovar essa caracterização, ele remete o leitor aos dados reunidos no livro sobre a partilha territorial do mundo (1876 e 1914) e sobre a partilha mundial das ferrovias também em dois momentos (1890 e 1913). Articuladas com a grande produção monopolista, com os sindicatos patronais, os carteis, os trusts, os bancos, a oligarquia financeira, as ferrovias oferecem um balanço dos principais ramos da indústria capitalista, do comércio mundial e “da civilização democrática burguesa”. Esse balanço evidencia a desigualdade de desenvolvimento do capitalismo monopolista, configurando, em escala mundial, uma situação econômica em que “as guerras imperialistas são absolutamente inevitáveis”. (idem, ibidem).

Em julho de 1916, um mês depois de concluir a redação de *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, Lenin comentou a recém-publicada “brochura de Junius” (Rosa Luxemburgo) sobre a guerra em curso, sustentando ser equivocada a tese de que “não pode haver mais

guerras nacionais". O principal argumento de Junius é que mesmo uma guerra nacional “se transforma em guerra imperialista porque ela se choca contra os interesses de uma das potências ou coligações imperialistas”. Admitindo ser improvável que a guerra imperialista então em curso se transformasse em guerra nacional, ele invoca, não obstante, “a tese fundamental da dialética marxista”, segundo a qual “todos os limites na natureza e na sociedade são convencionais e móveis”, para afirmar que “não há *nenhum* fenômeno que não possa, em certas condições, se transformar em seu contrário” (Lenin, 1960b, p. 332; as palavras em itálico assim estão no original). Com efeito, menos de um ano e meio depois de Lenin ter criticado a tese unilateral de Junius, a guerra imperialista tinha se transformado, na Rússia, em guerra civil revolucionária de defesa da República dos Soviets.

Ao longo da segunda metade do século XIX a partilha imperialista do planeta combinou acordos diplomáticos e guerras coloniais (ou imperialistas “*lato sensu*”). A conferência de Berlim (15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885) dividiu despidoradamente as terras de boa parte da África entre as potências europeias, de modo a que elas usassem seus exércitos para subjugar os povos “nativos” que resistiam ao domínio colonial, mas não para guerrearem umas com as outras. A regulamentação diplomática da luta pelo controle do mercado mundial não abolia, porém, a concorrência inter-imperialista, ampliada pela expansão do comércio internacional. Decisiva nessa disputa era a capacidade naval, já que o grosso do transporte das mercadorias exportadas e das matérias primas importadas pelas metrópoles do capitalismo se fazia através dos mares oceânicos. A Inglaterra tornou-se a maior potência imperialista graças à superioridade de sua Marinha.

Lenin situa nos anos 1890 o uso crescente da noção de imperialismo na literatura econômica e política “para caracterizar a época em que vivemos”. Duas guerras, a hispano-americana (1898) e a anglo-bôer (1899-1902) consagraram o emprego do termo (Lenin, 1960b, p. 212). As duas foram guerras de conquista. Na primeira, os Estados Unidos provocaram e venceram facilmente o velho império

espanhol em acelerada decadência, apoderando-se de Cuba, Porto-Rico e Filipinas. Essa guerra poderia a rigor ser classificada de inter-imperialista, mas num sentido frouxo da expressão: a Espanha era um país de fraco desenvolvimento capitalista, que deixara de ser há muito tempo uma grande potência.

A segunda foi uma guerra de conquista com características peculiares: opôs os “bôeres”, colonizadores de origem predominantemente holandesa estabelecidos na África do Sul desde os séculos XVII e XVIII, onde fundaram duas repúblicas (Transvaal em 1852 e Orange em 1854) aos imperialistas britânicos, que vinham tentando assumir o controle da região. A descoberta de grandes minas de diamantes e de ouro lhes atiçou a cobiça. Os “bôeres” resistiram a uma primeira tentativa de conquista em 1880-1881, mas em 1899 a pressão dos capitalistas de Londres levou a novo confronto armado. Desta vez, decidido a esmagar as duas repúblicas dos bôeres, o governo britânico enviou um corpo expedicionário de 180.000 combatentes, que não tardou a ocupar Pretoria e Bloemfontein, suas capitais e a anexar seus territórios. Os chefes bôeres recorreram à tática de guerrilhas, resistindo encarniçadamente até 1902. Os métodos repressivos a que os conquistadores britânicos recorreram se inscreveram nos anais da barbárie imperialista: a população civil (mulheres crianças, idosos) de cerca de 120.000 bôeres foi internada em 45 campos de concentração; cerca de 28.000 morreram de doenças contagiosas e maus-tratos.

Lembrando que a expressão “campo de concentração” entrou no vocabulário da teratologia política por ocasião da guerra de aniquilamento dos bôeres pelo Império Britânico, Domenico Losurdo observou que em larga medida a indignação provocada na Europa pelas atrocidades cometidas pela Inglaterra liberal decorreu do fato de que a população dizimada era de origem europeia. Entretanto, o tratamento odioso que os bôeres reservavam para os povos africanos que eles submetiam não provocara comoção alguma. (LOSURDO, 2015, p. 132). Bem sabemos que as populações africanas vinham sendo escravizadas pelos castelhanos e portugueses desde o século XV e que eram muitos

os episódios de extermínio daquelas que tentaram resistir à agressão colonial da Europa “civilizada”. A Alemanha, que se indignou com o comportamento cruel da Inglaterra na África do Sul, não mostrou “especial comoção” quando o imperador Guilherme II conclamou as forças de intervenção que enviou à China para sufocar a revolta dos boxers e “abrir caminho à civilização de uma vez por todas”, anunciando que “não haverá clemênciа e não faremos prisioneiros”. (idem, ibidem).

A previsão de Engels

Ao buscar nos interesses econômicos o princípio básico de explanação da grande guerra imperialista que opôs a aliança franco-britânica-russa (“Entente”) à aliança dos “impérios centrais” (o Reich alemão e o império austro-húngaro) com o império otomano, Lenin foi consequente com o método do materialismo histórico e com a “dialética marxista”. Mas ao declarar, em 1920, que as guerras imperialistas eram “absolutamente inevitáveis”, ele fez uma previsão que merece um detido comentário, por ser diametralmente oposta à que Engels havia chegado em 1895, na *Introdução à As lutas de classe na França 1848-1850*, (coletânea de artigos de Marx que até então não tinham sido reunidos em forma de livro). Referindo-se à experiência da guerra franco-prussiana de 1870-1871, Engels sustentou que

A completa transformação de todas as condições da guerra pelo recrutamento de toda a população apta a empunhar as armas em exércitos cujos efetivos se contam por milhões, as armas de fogo, os obuses e os explosivos de efeito desconhecido até então [...], pôs bruscamente fim ao período das guerras bonapartistas e assegurou o desenvolvimento industrial pacífico, tornando impossível qualquer guerra que não seja uma guerra mundial de inédita crueldade e cujo desfecho seria absolutamente incalculável” (ENGELS, 1974, pp. 22-23).

A estupenda compreensão histórica de Engels permitiu-lhe vislumbrar, dezenove anos antes do desencadeamento, em 1914, da grande carnificina liberal-imperialista, que o desenvolvimento da indústria bélica anunciaava uma “guerra mundial de inédita crueldade”, mas ponderou que essa perspectiva terrível inibiria a tentação de resolver confrontos pela força bélica. Na última década do século XIX, não sómente Engels, mas toda a Internacional Socialista considerava evitável um confronto bélico de grandes proporções. Tanto o ambiente intelectual nas metrópoles europeias quanto a política internacional proporcionavam argumentos para reforçar essa convicção. O acúmulo de descobertas científicas e de inovações tecnológicas, a euforia da “belle époque” da burguesia metropolitana, que participava da prosperidade propiciada pela expansão do capitalismo monopolista em escala planetária, a estabilidade das instituições políticas, incitavam as classes dominantes ao otimismo.

Essa expectativa otimista não se confirmou. Infelizmente para a humanidade, ela foi desmentida por duas guerras mundiais. No entanto, a previsão de Engels de que os efeitos catastróficos das novas armas de destruição inventadas pela tecnologia militar dissuadiriam os meios dirigentes das grandes potências de recorrer à guerra para solucionar seus litígios não se mostrou inteiramente ilusória. A noção de um limite para a capacidade destrutiva de um artefato bélico impôs-se com a fabricação das armas nucleares. Em 6 de agosto de 1945, com “inédita crueldade”, a força aérea estadunidense lançou sobre Hiroshima uma bomba atômica, seguida três dias depois por outra lançada sobre Nagasaki. Considerando a quantidade de vítimas por unidade de tempo, a pulverização em alguns minutos de cerca de 200.000 habitantes das duas cidades japonesas constituiu, se considerarmos o critério objetivo da quantidade de mortos por unidade de tempo, a maior operação de extermínio de toda a trajetória do *homo sapiens*. Ela atingiu o objetivo estratégico de obter a imediata e incondicional capitulação do Japão.

Esta dupla operação de extermínio teria sido provavelmente o prelúdio de outros aniquilamentos nucleares de países que se opunham à Casa Branca e ao Pentágono, se os soviéticos não tivessem rompido em 1949 o monopólio nuclear estadunidense, fabricando, eles também bombas atômicas. Só então confirmou-se a parte de verdade da previsão de Engels. Durante as quatro décadas seguintes, até a derrocada do bloco socialista do leste europeu, o confronto estratégico que opôs a União Soviética aos Estados Unidos foi adequadamente caracterizado como equilíbrio do terror nuclear. O espectro da destruição recíproca exerceu o efeito dissuasivo previsto por Engels, mas em condições muito mais sombrias do que ele poderia ter suposto na última década do século XIX. A humanidade viveu sob o risco, iminente em alguns momentos, de uma guerra atômica do campo liberal-imperialista contra o bloco socialista. Ela não ocorreu: a perspectiva da aniquilação recíproca foi até hoje suficientemente dissuasiva para exorcizar o espectro do triunfo universal da morte.

A parte de ilusão da expectativa de Engels foi supor que o efeito dissuasivo das novas armas de destruição maciça tornaria viável a hipótese de um “desenvolvimento industrial pacífico”. Em vez disso, as grandes potências nucleares abstiveram-se de recorrer a seus arsenais atômicos, mas não aos novos armamentos não-nucleares que desenvolveram. Na guerra da Coreia, que se estendeu de 1950 a 1953 as estatísticas oficiais da US Air Force admitem terem sido lançadas sobre a Coréia do Norte, durante os trinta e sete meses do confronto bélico, 454.000 toneladas de bombas, principalmente de napalm; cerca de 80% das cidades e aldeias norte-coreanas foram arrasadas. Na guerra do Vietnã, que se estendeu ao Laos e ao Camboja (1964-1975), os agressores estadunidenses lançaram mais de sete milhões de toneladas de bombas, mais de três vezes o que tinham lançado na II Guerra Mundial; somente no Laos foram dois milhões de toneladas, quase uma tonelada por habitante, incluindo muitas bombas ditas de fragmentação, particularmente mortíferas.

O fator bélico na expansão imperialista

Até 1914, as grandes potências europeias lograram resolver por negociação seus conflitos de interesse na exploração dos povos e regiões periféricas. O uso da força bruta ou “diplomatique de la canonnier” (na sarcástica expressão francesa) era reservado para subjugar os “nativos”. Há pelo menos dois bons exemplos de resolução pela via diplomática dos conflitos inter-imperialistas naquele contexto histórico:

(a) Em setembro de 1898 ocorreu o chamado “incidente de Fachoda”. Nessa localidade do Sudão, um exército britânico comandado pelo general Kitchener deu de frente com um destacamento militar francês comandado pelo capitão Marchand, que lá se instalara. A despeito de dispor de forças muito superiores, Kitchener preferiu evitar o confronto, esperando a decisão dos governos envolvidos. A opinião pública dos dois países inflamou-se de ardores patrióticos. Mas perante a intransigente posição britânica, que exibiu seus navios de guerra no Canal da Mancha, o governo francês cedeu. No início de dezembro, o destacamento do capitão Marchand evacuou Fachoda. A diplomacia prevaleceu, mesmo porque a aliança franco-britânica (a “Entente”) era estratégica para os dois Estados, que tinham na Alemanha seu principal rival.

(b) Em março de 1905, o Kaiser Guilherme II reagiu ao controle crescente exercido pela França sobre o Marrocos, declarando, em visita a Tânger, que apoiava a independência dos marroquinos. O governo britânico se pôs ao lado do francês, delineando uma aliança que persistiria até nossos dias. O governo do Kaiser recuou, mas não se conformou. Em maio de 1911, tropas francesas foram enviadas para esmagar uma rebelião popular contra o sultão do Marrocos. Um navio de guerra alemão foi despachado para o porto de Agadir, de grande importância estratégica. O iminente confronto bélico entre as duas potências foi evitado após meses de negociações, concluídas em Fez em março de 1912. O “protetorado” francês sobre o Marrocos foi reconhecido (a Espanha recebeu alguns territórios marroquinos no norte

do país); em troca, a França cedeu à Alemanha um território adjacente ao Kamerun (Camarões), a colônia alemã na África Equatorial.

Estas soluções diplomáticas evitaram a guerra entre as três principais potências militares da Europa, mas não as demais guerras nacionais ou coloniais, nem a guerra russo-japonesa de 1904-1905, que foi essencialmente uma disputa pelo controle do Extremo Oriente setentrional. Assim como os Estados Unidos, o Japão era uma potência imperialista emergente, mas diferentemente da Espanha, a Rússia dispunha de uma marinha de guerra importante, embora dividida em três frotas (a do Pacífico, a do Báltico e a do Mar Negro) e de um grande exército. A guerra começou em 8 de fevereiro de 1904, quando a marinha japonesa atacou de surpresa a frota russa do Pacífico, reunida em Port-Arthur (atualmente Lüshunku), na costa da China. No mar e em terra, os combates foram duríssimos, mas o Japão prevaleceu, arrancando da Rússia fortes concessões territoriais pelo tratado de paz de 5 de setembro de 1905. A derrota militar abalou fortemente os alicerces do regime czarista, contra o qual se erguera o povo russo desde janeiro daquele ano. Em junho ocorreu o célebre motim no couraçado *Potemkin*, da frota de guerra do Mar Negro. Ele não teve efeitos práticos imediatos, nem sobre a luta revolucionária em curso, nem sobre a guerra contra o Japão, mas anunciou o cenário que culminaria em outubro 1917: a participação de marinheiros e soldados na transformação da guerra imperialista em insurreição revolucionária.

A Itália foi o último país europeu a conquistar colônias. Em setembro de 1911, sem se dar ao trabalho de inventar pretextos, G. Giolitti, o corrupto e reacionário chefe do governo italiano (pouco mais de uma década depois, ele contribuiu para Mussolini tomar o poder), deu início ao ataque às províncias otomanas² do Mediterrâneo que atualmente integram a Líbia. Com chavões descaradamente protofascistas, a imprensa chauvinista apresentou a agressão colonial

² Não custa lembrar que a nacionalidade dominante no Império Otomano eram os turcos, mas ela não era a única. No contexto, entretanto, as duas designações se equivalem.

como luta da civilização europeia contra o obscurantismo islâmico. Alegação tanto mais mentirosa que desde 1908 dois movimentos patrióticos de reforma das instituições, o Comitê União e Progresso e os “jovens turcos”, tinham assumido o poder em Istambul com o objetivo de instaurar um Estado de tipo democrático-burguês. A despeito de sua grande superioridade em combatentes e em armamentos, os invasores italianos foram várias vezes derrotados pelas tribos beduínas apoiadas por pequenos contingentes turcos. Somente em outubro de 1912 a Turquia, atacada ao norte por uma coligação de Estados balcânicos, resignou-se a ceder formalmente a Líbia à Itália.

A propósito desta guerra, Lenin escreveu em 1915 o artigo “Imperialismo e Socialismo na Itália”, em que comenta dois livros que vinham de ser publicados: *O imperialismo italiano* de Roberto Michels e *Internacionalismo ou nacionalismo de classe?* de T. Barboni (Lenin, 1960a, pp. 370-379).³ Embora tratando Michels de prolixo e superficial, ele ressalta a importância da documentação sobre o imperialismo italiano reunida em seu livro e a crua franqueza com que ele defende as ambições colonialistas de seu país. Ressaltando a particularidade italiana de constituir um “imperialismo de gente pobre (di povera gente)”, ele ironiza a pretensão do ideólogo social chauvinista Arthur Labriola de apresentar a guerra colonial para conquistar a Líbia como uma luta contra “a Europa plutocrática”. Sem dúvida, até então, a Itália “não pilhava outros povos”; ela era antes um país que exportava trabalhadores em ritmo crescente: “cerca de 100.000 por ano entre 1870 e 1880; agora (isto é, em 1915, quando o artigo foi escrito) o número anual de emigrantes oscila entre 500.000 e um milhão”. Tangidos pela fome, “eles oferecem sua força de trabalho nos ramos da indústria onde os salários são os mais baixos [...] vivem nos bairros os mais superpovoados, mais pobres e mais sórdidos das cidades da Europa e da América”. Referindo-se em particular à França, Lenin constata a

³ Lenin publicou este e dois outros artigos (“A falência da II Internacional” e “A voz honrada de um socialista francês”) em número duplo (nº 1-2,1915) da revista *Kommunist*, editada em Genebra.

hipocrisia de se apresentar como o país que luta pelas liberdades (como de fato o fizera na última década do século XVIII) quando na verdade luta para manter suas colônias e trata com desprezo os cerca de 400.000 trabalhadores imigrantes italianos, apelidados de “macaroni”. (Lenin, 1960a, p. 372-373). Não passa, entretanto, de baixa demagogia burguesa usar a emigração em massa dos proletários italianos submetidos à mais sombria miséria como argumento para justificar a agressão militar contra o povo líbio.

Diferentemente de Michels, o “social-patriota” Barboni se apresentava como imbuído de espírito revolucionário. Mas na verdade, inconformado com a posição do partido socialista, que preconizava a neutralidade, ele advogava a entrada da Itália na grande guerra do lado da “Entente” franco-britânica (que se tornara tripla com a adesão da Rússia), para combater o “militarismo alemão”. Lenin mostra a falácia desta opção pelas duas maiores potências coloniais do planeta. A opção revolucionária efetiva consistia em lutar de todos os modos possíveis contra a guerra imperialista (Lenin, 1960a, p. 375-379).

A percepção das sérias deficiências militares do Império otomano na guerra da Líbia estimulou os países agrupados na Liga Balcânica (Sérvia, Bulgária, Montenegro e Grécia) a aproveitar a oportunidade oferecida pela guerra ítalo-turca para conquistar os territórios que o Império Otomano ainda detinha na região. Em setembro de 1912, os exércitos da Liga passaram à ofensiva; após oito meses de combates, que se estenderam até maio de 1913, os otomanos foram derrotados, perdendo quase toda a parte europeia de seu império em deliquescência. Esta guerra tinha um conteúdo de libertação nacional, já que as populações daqueles territórios aspiravam à independência. Mas na medida em que o Império Otomano estava em deliquescência e que o movimento dos “jovens turcos” lutava por salvar seu Estado nacional, a guerra se tornou uma disputa territorial entre as várias nacionalidades envolvidas, como a Bulgária se encarregou de confirmar ao contestar pelas armas, em junho, a partilha da Macedônia. Mas ela superestimou suas forças, que se mostraram menores do que suas ambições.

Seus antigos aliados, aos quais se juntaram a Romênia e o Império Otomano, lhe infligiram rápida derrota na segunda guerra balcânica, que terminou no final de julho.

A derrota da paz

Nas primeiras linhas do acima mencionado prefácio de *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, Lenin rendeu homenagem ao economista e jornalista militante inglês John Atkinson Hobson, “autor do principal livro sobre o imperialismo”, reconhecendo tê-lo utilizado “com toda a atenção que este livro merece” (Lenin, 1960b, p. 203). Com efeito, em seu *Imperialism, a Study*, publicado em 1902, Hobson conferiu estatuto teórico à noção de *imperialismo*, que vinha se tornando no final do século XIX uma ideia-força no debate político internacional. Lenin também se apoiou no austro marxista Rudolf Hilferding, que em 1910 publicara *O capital financeiro*, em que retomou e desenvolveu conceitos e questões dos livros II e III de *O Capital*, levando em conta as mais recentes mudanças da economia capitalista. (HILFERDING, 1985).

Lenin absorveu criticamente as contribuições teóricas de Hobson e de Hilferding, mas rejeitou a ideia de ambos, bem como de Kautski, de que o imperialismo constituía apenas uma das políticas possíveis do grande capital, suscetível de ser modificada por políticas menos agressivas. Ele sustentou, em vez disso, que o imperialismo é a etapa monopolista do próprio modo capitalista de produção. Essa tese permitiu-lhe oferecer a explicação mais consistente da conexão entre imperialismo e guerra. Com efeito, a lógica da valorização do capital, que exacerbava a concorrência entre os grupos monopolistas, incitando-os a ampliar ao máximo a lista de países e territórios onde podiam investir seus capitais excedentes, culminou na divisão econômica do mundo entre os trustes e na divisão territorial do planeta entre as potências imperialistas. Essa dupla divisão da periferia planetária foi efetuada a ferro e fogo pela “diplomatique de la canonnière”.

Desde 1907, a II Internacional socialista tinha se posto à frente das lutas operárias pela paz, adotando no Congresso de Stuttgart solenes resoluções antibelicistas. Evidentemente, a mobilização contra a guerra decorria da percepção de que ela ameaçava se desencadear e da convicção de que este desfecho sombrio não constituía uma fatalidade. Ela culminou no Congresso extraordinário de Basileia, em novembro de 1912. Em uma atmosfera de entusiasmo internacionalista, dois discursos suscitarão fortes emoções: o da marxista alemã Clara Zetkin, que vinculou a confiança no futuro às lutas do presente, dirigindo-se em especial às mulheres socialistas, e o de Jean Jaurès, o dirigente socialista mais respeitado pelas massas populares francesas, que exortou os trabalhadores a não se deixar levar pelo otimismo desmobilizador dos que, confiantes na marcha inevitável do mundo para o socialismo, subestimavam os graves perigos do momento.

Jaurès tinha constantemente alertado, em seus livros, em seus artigos de *L'Humanité* (jornal do qual foi fundador e diretor até a morte), em seu combate de deputado, nos grandes meetings pela paz em que foi o orador principal, contra a maré montante do belicismo. O “patriota” que o assassinou na tarde de 31 de julho de 1914, quando a guerra explodia, declarou à polícia que matara «um traidor do país», que tinha «combatido a lei dos três anos»⁴ (LE CLÈRE, 1969, p. 147).

A influência da mentalidade militarista e, consequentemente, belicista era crescente não somente na França, mas também nas demais potências europeias. Joseph Schumpeter, expressão eminente do pensamento liberal burguês, apoiou-se na constatação desse fato político para defender a ideia de que o imperialismo constituía uma sobrevivência militarista das velhas aristocracias feudais, já que os valores centrais do capitalismo eram o trabalho e o lucro e não as aventuras guerreiras (SCHUMPETER, 1961). Essa visão edulcorada do capitalismo foi cabalmente desmentida pelos fatos. Na sociedade estadunidense, que não tinha passado feudal, desenvolveu-se o

⁴ Essa lei aumentou para três anos a duração do serviço militar obrigatório.

mais poderoso, duradouro e agressivo militarismo do século XX e das primeiras décadas do XXI.⁵ Arno Mayer retomou, com mais objetividade, algumas das principais teses de Schumpeter, insistindo no papel desempenhado pelos dignitários e magnatas fundiários, herdeiros e continuadores da velha nobreza feudal, cujas ideias reacionárias e elitistas continuavam a impregnar os estados-maiores europeus na situação histórica em que se desencadeou a I Guerra Mundial, sobrepondo-se aos valores pragmáticos e mercantis da burguesia liberal (MAYER, 1987).

Em vez de separar abstratamente imperialismo e capitalismo, como fez Schumpeter, Lenin considera as duas categorias em seu desenvolvimento histórico-dialético. Formas estatais de tipo imperial atravessaram a história das sociedades humanas; todas elas tinham um componente militar correspondente a suas respectivas condições materiais de existência, notadamente ao nível de suas forças produtivas. Em *O socialismo e a guerra*, escrito em julho-agosto de 1915, após afirmar que “o imperialismo capitalista de tipo moderno se revelou plenamente na política do czarismo em relação à Pérsia, à Manchúria e à Mongólia”, ele acrescentou: “mas o que, de modo geral, predomina na Rússia é o imperialismo militar e feudal” (Lenin, 1960 a, p. 316). A coexistência de duas modalidades históricas de imperialismo na Rússia czarista correspondia à combinação do capitalismo ascendente com o feudalismo decadente.

A força da tradição feudal também persistia nas altas esferas dos países europeus de capitalismo mais avançado, permeando suas instituições, notadamente as forças armadas, cuja cúpula era composta de aristocratas ou ditos tais. Ela era evidente no Reich alemão e no Império austro-húngaro, mas estava também presente, embora mais discretamente, na monarquia britânica. Ironicamente, porém, foi na França republicana que a sobrevivência dessa mentalidade na cúpula militar provocou o odioso “affaire Dreyfus”. Em 1894, o capitão

⁵ Seu orçamento bélico ultrapassa 40% do conjunto das despesas militares mundiais.

Alfred Dreyfus foi acusado falsamente de ter transmitido documentos secretos franceses ao governo imperial alemão. Ele foi condenado como traidor e enviado à sinistra penitenciária da ilha do Diabo, na colônia francesa da Guiana. Dois anos depois, o tenente-coronel Picquart, um militar honrado, oficial do Estado-Maior, descobriu que o traidor era o major Esterhazy, ligado aos serviços secretos do Exército, que caluniara Dreyfus para se encobrir. A cúpula militar francesa, acumpliciada com Esterhazy, decidiu abafar a descoberta e punir não o criminoso, mas aquele que tinha descoberto o crime: prenderam Picquart. Um conselho de guerra, encarregado de julgar as denúncias contra Esterhazy, absolveu-o após três minutos de “deliberação”, no dia 11 de janeiro de 1897.

O “affaire Dreyfus” foi um sintoma maligno do revanchismo acumulado na França desde a derrota sofrida na guerra de 1870-1871 contra a Prússia, que a fizera ceder ao novo Reich alemão a Alsácia e a Lorena. Não foi, entretanto, esta rivalidade entre as duas maiores potências militares europeias que desencadeou a primeira guerra mundial. Ela rebentou na região balcânica, onde vinham se concentrando, desde o último quarto do século XIX, os confrontos bélicos do continente europeu, que culminaram, como vimos, nas duas guerras balcânicas de 1912-1913, de caráter predominantemente nacional: uma luta de pequenos Estados visando a conquistar fronteiras que abrangessem todas as populações que falavam seus respectivos idiomas. Objetivo difícil de satisfazer no mosaico linguístico, cultural e étnico do sudeste europeu.

Das três potências diretamente interessadas nos Balcãs, o império recolheu-se à defensiva, os impérios austro-húngaro e russo tinham interesses opostos, principalmente em relação à Sérvia. A Rússia mantinha com ela forte aliança, alicerçada por raízes históricas e culturais (solidariedade eslava na luta contra os otomanos, cristianismo ortodoxo, alfabeto cirílico). O Império austro-húngaro anexara a Bósnia-Herzegovina, reivindicada pela Sérvia, e protegia a Albânia (de população não-eslava), cujas fronteiras foram reconhecidas em 1913 pelas

principais potências europeias, que defendiam os interesses de seus respectivos aliados naquela região, mas também procuravam evitar novas turbulências. No ano seguinte, entretanto, lá explodiu o confronto que desencadeou a guerra mundial.

O estopim da explosão foi o assassinato em 28 de junho de 1914 do arquiduque Ferdinando, herdeiro do trono imperial austro-húngaro, em viagem oficial à Bósnia, por um grupo de nacionalistas sérvios que não aceitavam a anexação de seu país. Sem nenhuma prova concreta, o governo imperial de Viena responsabilizou o governo da Sérvia pelo atentado terrorista e, com o acordo do Kaiser alemão Guilherme II, preparou um ultimatum demasiado humilhante para poder ser aceito. Diante da previsível recusa, o governo de Viena declarou guerra à Sérvia em 28 de julho, bombardeando Belgrado. A Rússia imediatamente mobilizou suas forças armadas em solidariedade à Sérvia. A Alemanha exigiu que o governo russo desistisse da mobilização. Não tendo sido atendido, declarou guerra à Rússia em 1º de agosto. A França reagiu mobilizando suas forças em 3 de agosto. A Alemanha replicou declarando guerra à França e invadindo a Bélgica. A Grã-Bretanha, aliada da França, foi constrangida a declarar guerra à Alemanha. Nas semanas seguintes, o Japão, aliado dos britânicos, também entrou na guerra, que lhe dava oportunidade para se apoderar dos territórios alemães do Pacífico. A lógica das alianças estratégicas rapidamente generalizou o confronto: de origem regional, ele se tornou continental, para atingir em seguida dimensões planetárias.

Lenin apresentou sua teoria como uma “visão de conjunto da economia capitalista mundial em suas relações internacionais [...] às vésperas da primeira guerra imperialista mundial” (Lenin, 1960b, p. 205). A guerra foi “mundial” na medida em que dela participaram todas as grandes potências, embora os Estados Unidos nela tenham entrado somente em abril de 1917. Em 1916, quando a teoria foi elaborada, o desfecho da guerra permanecia indefinido. Mas importava pouco, para o destino da humanidade, qual dos dois blocos litigantes iria triunfar. Ambos eram imperialistas e colonialistas. O que importava era travar

a guerra contra a guerra, transformar a guerra imperialista em guerra revolucionária. Por maior que fosse a confiança de Lenin no combate dos proletários da Rússia, ele não poderia prever que no ano seguinte, à frente dos Soviets de operários, camponeses, soldados e marinheiros, ele abriria uma clareira de paz na frente leste do longo dilúvio europeu de fogo, chumbo, aço e explosivos.

Referências

- ENGELS, Friedrich. Introdução de 1895 a *Les luttes de classe en France*. Paris: Éditions Sociales, 1974.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBSON, John Atkinson. *Imperialism, a Study*. New York: James Pott &Co., 1902.
- LE CLÈRE, Marcel. *L'assassinat de Jean Jaurès*, sans lieu d'édition: Mame, 1969.
- Lenin, *Oeuvres*, tome 21. Paris-Moscou: Éditions Sociales/du Progrès, 1960a.
- Lenin, *Oeuvres*, tome 22. Paris-Moscou: Éditions Sociales/du Progrès, 1960b.
- LOSURDO, Domenico. *Marx e o balanço histórico do século 20*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.
- MAYER, Arno, *A força da tradição*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1987.
- OSORIO SILVA, Lígia & FERNANDES DE OLIVEIRA, Milena. "Schumpeter e as raízes históricas do imperialismo". *Revista Brasileira de Economia Política*, n.31, fev de 2012. Pp. 65-95.
- SCHUMPETER, Joseph. *Imperialism and Social Classes*. Nova Iorque: Meridian Books, 1961.